



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

PROCESSO Nº 2024.0.000022830-7

ATA DE REUNIÃO Nº 01/2024

Data	23/02/2024
Local	Sala da DG
Início	15:00
Fim	16:30

1. Participantes.

Nome	Unidade
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	DG e Presidente da Comissão Gestora do PLS
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	CPLAN
Luciano Dantas	COMAP
Fabiano Freitas Barbosa	COLOG
Flavio Augusto Castanheira Celano	COSEG
Gisele Goneli de Lacerda	CSINT
Marcos José Guerrero Silva	CDESC
Isabella Vitoria Abduche Feijó	SESTSU

2. Convidados.

Nome	Unidade
Carlos José de Paiva Junior	COENG
Marcos Henrique Soares Evangelista	SESERG
Aldenir Acimen de Moraes	SESTSU

3. Pauta

- Aprovação do Relatório de Desempenho do PLS referente ao ano de 2023
- Revisão do PLS e PDLS
- Periodicidade reuniões CGPLS
- Plano de Gestão Climática

Considerações gerais

A Diretora Geral abriu a reunião e passou a palavra para o Coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho.

Este procurou destacar que, embora a reunião estivesse focada na apresentação do relatório do PLS, também haveria espaço para a discussão do que poderia ser tratado numa revisão dos Planos, alterações quanto à periodicidade das reuniões da Comissão e um tópico que adquiriu importância recentemente, que seria o Plano de Gestão Climática elaborado pelo TRE-RJ. Na sequência, passou a palavra para Isabella Feijó, gestora da SESTSU, que passou a apresentar os slides de resumo do conteúdo do relatório, de acordo com as seguintes áreas de abrangência. Isabella aproveitou para lembrar que o CNJ possui duas formas de calcular o ranking, sendo a primeira através de uma comparação interna (anos não eleitorais entre si, no caso 2021 e 2023) e a segunda por meio de uma aferição do desempenho externo, comparando o TRE-RJ com outros tribunais.

Sobre o consumo de copos descartáveis.

No caso dos copos descartáveis, o consumo interno foi praticamente duplicado. Os copos de água acabaram em dezembro, sendo que ainda existe um estoque de 270 centos de copos de café. Como as ações relacionadas à coleta biométrica estavam consumindo muitos copos de café, foi estabelecido um acordo entre CPLAN, SESERG, COMAP e COSEG para que fossem distribuídos apenas os copos biodegradáveis. Quanto ao aspecto externo, no quesito consumo de copos descartáveis, informou Robson Sobrinho, coordenador da CPLAN, que o TRE-RJ perdeu posições, caindo da 8ª para a 14ª posição (consultado através do painel de BI do CNJ), por conta de um aumento no consumo. Com isso, há uma tendência de piora no desempenho do IDS, o qual impacta diretamente o prêmio da qualidade, pelo peso que tem no cálculo desse indicador. Robson acrescentou que vários tribunais já estão zerando o uso de copos, o que pode fazer com que o CNJ deixe de atribuir relevância a este indicador. Com isto, o Tribunal poderia voltar a usar o estoque remanescente, sem correr o risco de ser penalizado na sua classificação dentro do ranking de sustentabilidade.

Sobre o consumo de papel e volume de impressões por unidades e usuários

Isabella exibiu os dados para demonstrar que o consumo de resmas praticamente triplicou em 2023 na comparação com 2021. Lembrou que há uma relação direta entre o consumo de resmas e a quantidade de impressões, ou seja, maior demanda por papel acontece por um aumento do volume do que foi impresso. Robson, pela CPLAN, sinalizou que isto acabou tendo impacto negativo nos indicadores gerais, mesmo considerando-se a iniciativa positiva do recolhimento de impressoras. Lembrou também do aviso publicado pela Diretoria Geral no final do ano passado, informando sobre o monitoramento das impressões e necessidade de observância das restrições de uso para fins institucionais, e que isto deveria ser sempre enfatizado, inclusive em futuras reuniões de gestores, para melhor disseminação da informação. Ao apresentar o quadro-resumo dos principais consumidores de resmas, ressaltou que os cartórios eleitorais do interior não são cobertos pelo contrato de outsourcing, o que dificulta a identificação geral das discrepâncias entre quantidades de resmas solicitadas e bases eleitorais atendidas. Com relação às unidades administrativas do TRE-RJ, não foi identificado nenhum desvio significativo, porém nada impede que se faça algum ajuste no processo de trabalho de alguma unidade, considerando-se a importância do indicador. Sob esse aspecto, o Coordenador da COSEG, Flávio Celano, se manifestou no sentido de que poderia haver um esforço no sentido de se pensar quais documentos poderiam fazer parte de um esforço de digitalização, via melhoria de processos, considerando-se a qualidade da mão de obra envolvida nestes. Luciano Dantas, Coordenador da COMAP, ponderou que os resultados podem apresentar um diagnóstico mais apurado já em 2024, pela adoção de novos critérios para os tipos de pedido de resmas, tanto por parte dos cartórios quanto pelas CAEs, possibilitando identificação aprimorada dos gargalos, para inclusão de sugestões de aprimoramento. Por sua vez, o Coordenador da COENG, Carlos Paiva, ponderou que se os colaboradores tivessem dispositivos tipo tablets, com sistemas fornecidos pela TI, o uso de papel para certas atividades operacionais poderia ser drasticamente reduzido, com ganhos evidentes para a administração.

Isabella explicou que, mesmo não sendo a quantidade de impressões um indicador que entre no cálculo direto do ranking de sustentabilidade, há que se considerar as diferenças entre os anos eleitorais e os anos não-eleitorais, além da implementação do outsourcing para para a sede e cartórios da capital. Entretanto, os prédios administrativos acabaram imprimindo mais em 2023 do que num ano eleitoral, o que reforçou a importância da publicação de um aviso, pela DG, em novembro do ano passado, tratando da questão

da observância de critérios para impressão que levassem em conta os estritos interesses funcionais de cada unidade do tribunal. Citou como caso de sucesso, no sentido de conscientização, a SJD, que passou a informar previamente à CPLAN quando houver necessidade de imprimir um volume maior de impressões, como por exemplo páginas de um processo que será levado ao meio externo. Fabiano Barbosa, coordenador da COLOG, aproveitou o tema para anunciar o novo contrato de outsourcing que irá substituir as impressoras da sede, a partir de março de 2024, de forma gradual, com o menor impacto possível sobre as unidades.

Isabella mencionou que a redução dos equipamentos de impressão foi bem sucedida, lembrando que para efeito de informação ao CNJ foram consideradas apenas as impressoras presentes no contrato de outsourcing. Fabiano ponderou, tomando como base o gráfico exibido, que o valor apresentado (231) se referia ao cenário montado para uma estrutura temporária por conta das eleições.

Sobre os indicadores relacionados ao consumo de Energia Elétrica

Isabella mostrou que houve um aumento generalizado no consumo de energia elétrica em todos os prédios administrativos. Robson acrescentou que este é o indicador que mais impacta no ranking da sustentabilidade junto com o indicador de consumo de água. Com relação aos prédios sede, foi mencionado que algumas oscilações de consumo se deveram a troca dos condicionadores de ar do plenário, problemas que acarretaram na troca dos medidores do prédio 194 e o início da operação do data center, que implica um sistema de refrigeração contínuo, com consequente aumento de consumo de energia. Celano, pela COSEG, acrescentou que há uma perspectiva de consumo mais eficiente na nova sede, por conta do ar condicionado central, instalações mais modernas, etc. Mesmo assim, enfatizou que deve haver um trabalho contínuo de conscientização dos servidores, no sentido de desligar equipamentos como ar condicionado durante horários de almoço, por exemplo, para consolidar uma cultura de consumo racionalizado.

Sobre o consumo de água

Segundo quadro apresentado pela chefe da SESTSU, 2023 apresentou o menor valor de consumo dos últimos anos, sendo que uma parte da redução (750 m³) se deu por conta da retirada das lojas de São João de Meriti. Além disso, a conta de água do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE) não será mais responsabilidade do TRE-RJ a partir de janeiro de 2024. Celano também acrescentou que, embora o consumo não fosse tão alto naquele local, a ocorrência de algum incidente, como vazamentos, problemas numa bomba de cisterna, por exemplo, poderiam causar distorções de consumo e custo, até mesmo por conta do delay no recebimento das faturas. Com relação ao comparativo nacional com outros tribunais, Robson acrescentou que também houve a melhora, revelando o sucesso no esforço que o tribunal tem feito ao longo dos últimos anos para sanar questões decorrentes de vazamentos, melhoria de medidores, troca de descargas, etc.

No quadro de consumo mensal dos prédios da sede, não houve alteração significativa, com exceção do mês de dezembro, com algum acréscimo de consumo por conta da limpeza das caixas d'água.

Sobre os indicadores de telefonia

Isabella destacou a implantação do VOIP desde março do ano passado, com impacto sobre os indicadores, na comparação com 2021, por conta da coexistência de linhas telefônicas com o sistema, como backup de segurança, até que a migração para o novo sistema pudesse ser completada, levando-se também em consideração a existência das linhas móveis permanentemente, outro fato novo em relação ao período anterior. Na comparação com outros tribunais, mesmo com os investimentos feitos para a implantação do VOIP, houve uma melhora nos resultados, mas não em termos de posicionamento no ranking, já que os outros tribunais também evoluíram quanto a esse aspecto. Por outro lado, com relação à comparação na utilização de telefonia móvel, o TRE-RJ perdeu várias posições no ranking justamente pelo fato de que não fazia uso dessa tecnologia até então. Celano sugeriu que se fizesse a supressão de algumas linhas por conta da devolução de alguns celulares que não estão sendo utilizados mas que entram no faturamento geral. Com isto, espera-se uma redução nos valores gerais do tribunal quanto a esse indicador.

Sobre o indicador de veículos

Isabella informou que foi efetivado o desfazimento de veículos, diminuindo a frota para 64 unidades. Reforçou que este indicador também entra no cálculo do IDS. Celano, pela COSEG, acrescentou que a tendência é haver menos gastos com seguro, manutenção e outros custos variáveis associados.

Sobre a destinação de material para reciclagem

A implantação da coleta seletiva, a partir de setembro, segundo a chefe da SESTSU, permitiu que se saísse de uma situação nula em relação ao indicador relacionado, que também é um dos que compõem o IDS. Acrescentou que houve um trabalho de conscientização e sensibilização feito localmente em cada uma das unidades, contando com a colaboração de um servidor da SESERG e outro da própria SESTSU, ressignificando lixeiras e mostrando as diretrizes a serem adotadas quanto à coleta, além de sanar eventuais dúvidas dos usuários sobre o processo. Acrescentou que, para garantir efetividade plena na coleta, por conta de episódios onde se identificou destinação de material no recipiente inadequado (por exemplo, comida numa lixeira para recicláveis somente), foi designado um colaborador terceirizado para fazer esta coleta, o que permitiu um avanço significativo nos resultados. A SESERG, através de um servidor designado, acompanhado por um colega da SESTSU, conduz reuniões mensais com os terceirizados, de modo a receber retornos deste quanto a possíveis ajustes a serem feitos ou gargalos a serem sanados. Destacou que o sucesso da iniciativa se deu em grande parte ao apoio da COSEG e parceria com a SESERG, na disponibilidade de sua equipe para atuar nas unidades e encaminhar sugestões de melhoria no processo como um todo. Também destacou a implementação coletores de pilhas e baterias (um em cada prédio administrativo) no mês de outubro passado, com uma coleta de mais de 32kg, valor que futuramente poderá fazer parte do IDS ou de

algum indicador que venha a ser sinalizado por órgãos de controle como o CNJ. Num quadro-resumo dos materiais que contribuíram para o prêmio da sustentabilidade, os dados apontaram para uma melhora em 2023 em relação a 2021, com perspectivas de avanços ainda maiores quando for resolvida a questão da fragmentação de papéis, que passarão a ser destinados à CRR, diminuindo o passivo de 28 toneladas que poderão ser contabilizadas no indicador como material reciclado em 2024.

Sobre os indicadores de Qualidade de Vida, Ações Solidárias e Ações de Equidade e Diversidade

Antes de passar a palavra à Coordenadora da CSINT, Gisele Goneli, a chefe da SESTSU mencionou, para efeito de cálculo do IDS, a relação entre o número de participantes por ação foi desfavorável na comparação com 2021, ainda que tenha havido um incremento no número de participantes. Gisele ponderou que situações como esta são possíveis, já que não existe a possibilidade de alterar a fórmula proposta pelo CNJ, em especial quando o número de ações for reduzido, porém com um quantitativo maior de participantes, como foi o caso de 2021. O grande desafio será dimensionar um número adequado de ações que tenham grande alcance, sem perder a efetividade, para poder obter uma pontuação satisfatória. Com relação às ações solidárias, Gisele acrescentou que embora estas estejam bem consolidadas na instituição, como por exemplo a que é feita para a Igreja de Santa Luzia, sua aferição é difícil, razão pela qual será adotado um painel com QR Code, junto ao ponto de coleta, a fim de que o doador possa informar no momento da doação. Outras ações, como a do Míau Caju, têm um monitoramento mais efetivo, pela contagem dos apoiadores em grupo de zap. Enfatizou que será feito um esforço adicional também na parte de comunicação, a fim de aprimorar a divulgação das ações planejadas.

Com relação às ações de equidade e diversidade, Gisele informou que estas são ações mais voltadas para a comissão IGUAIS e para a EJE, refletindo de modo mais abrangente aquilo que o TRE-RJ faz para todos e não somente como iniciativa da SGP.

Sobre os indicadores de capacitação

Com relação a capacitações em sustentabilidade, o TRE-RJ conseguiu a maior participação dos últimos anos: somando-se ao aviso disponibilizado pela CDESC em setembro do ano passado, à semana ambiental e a palestra sobre coleta seletiva. Para 2024, o cenário não é mais tão favorável, por se tratar de um ano eleitoral, com outras demandas concorrentes, fazendo com que os esforços se concentrem na Semana Ambiental, com palestras que possam contabilizar para AQT e que tenham o apoio de divulgação a partir da colaboração de membros da CGPLS. Marcos Guerrero, pela CDESC, explicou que de fato existem restrições quanto ao planejamento e execução das capacitações, por se tratar de um ano eleitoral. Informou que há uma previsão no Plano Anual de Capacitação (PAC) de 2024 uma capacitação na área de sustentabilidade, a qual deve ser disponibilizada em formato EAD até o final de março.

O Coordenador da CPLAN tomou a palavra, dando segmento aos outros pontos previstos para serem tratados na reunião. Mencionou a necessidade de revisão do PLS a cada dois anos, o que determinaria como limite a data de 3 de junho de 2024 para que o PLS revisado esteja disponível e publicado. Além da revisão de conteúdo, deverá ser feita uma revisão de indicadores e de ações que possam impulsionar tais indicadores previstos, com as devidas metas de alcance desejadas. Por exemplo, mudanças nos processos de trabalho que impactam diretamente na quantidade de impressões podem ser elencadas como ações a serem incluídas numa revisão do PLS. Luciano, pela COMAP, sugeriu que se fizesse uma alteração na janela de revisão, para os próximos planos, a fim de que o limite não coincidissem com o mês de junho de um ano eleitoral, período sabidamente crítico, onde os maiores esforços institucionais estão voltados para a realização das eleições. A sugestão foi registrada, para uma melhor análise oportunamente. Com relação à periodicidade das reuniões da CGPLS, Robson lembrou que embora elas tenham uma previsão de periodicidade que levaria a 4 ocorrências anuais, por conta da evolução da maturidade institucional, comprometimento das unidades e forma de monitoramento dos indicadores e resultados, a CPLAN gostaria de sugerir que houvesse apenas 2 reuniões por ano, uma em cada semestre. Num horizonte mais amplo de tempo, poderia ser pensada a periodicidade mínima proposta pelo CNJ, de apenas uma reunião anual. Os membros da comissão então deliberaram pelo acolhimento da proposta, concordando com a realização de duas reuniões por ano da CGPLS.

Um outro tópico a ser tratado, por conta da revisão do PLS, seria o alinhamento entre os indicadores internos e aqueles que são monitorados pelo CNJ. Como o objetivo principal seria fazer com que o PLS refletisse o que vai ser obtido junto ao CNJ ou mesmo outros órgãos de controle, tanto os indicadores quanto suas fórmulas de cálculo devem convergir para resultados coerentes tanto no âmbito interno quanto externo. O Coordenador da CPLAN também relatou que várias unidades sentem dificuldades no registro de seus indicadores, justamente por não compreenderem na sua totalidade o que está sendo pedido e a fórmula de cálculo associada. Por conta disso, a CPLAN se colocou mais uma vez à disposição, sempre que alguma unidade responsável por alimentar uma informação no GERIR tiver dificuldades de registrar um dado, que entre em contato com a CPLAN ou unidades a ela associadas que possam esclarecer a dúvida, para evitar preenchimentos incorretos que podem causar inconsistências mais difíceis de serem tratadas lá na frente, inclusive quando a informação já tiver sido enviada ao CNJ. Um outro ponto a ser evitado é a dependência de apenas um servidor como responsável pela alimentação de uma variável no gerir, pois isso pode causar inconsistências na geração da informação caso esse servidor não esteja disponível, por estar de férias, licença médica, etc. Robson enfatizou que, dependendo da discrepância entre os dados informados e os esperados, em termos de consistência, pelo CNJ, o TRE-RJ pode sofrer inclusive uma auditoria, gerando mais uma necessidade de esforço junto às áreas para justificar ou fazer os ajustes necessários na informação enviada. Isabella, pela SESTSU, também apresentou como exemplo a contagem das capacitações. Para o PLS, a contagem é feita sem repetição por servidor, critério diverso daquele adotado pelo CNJ. Esta seria, por exemplo, uma das situações onde deve haver um alinhamento entre o critério para o PLS e o critério para o CNJ. Um outro exemplo de falta de alinhamento se deu com relação ao consumo de água. Por conta da fórmula adotada, para o PLS, o desempenho foi insatisfatório, mas na comparação com outros tribunais (régua do CNJ), o desempenho melhorou. Por conta disso, segundo Isabella, várias unidades não registram mais suas análises no GERIR, pela falta de compreensão plena dos indicadores informados. Com relação à periodicidade, tomando como exemplo as ações solidárias da CSINT, com indicadores de medição trimestral, apenas uma ocorrência de ação continuada por trimestre gera uma informação de 4 ações (contagem anual) a serem contabilizadas no sistema do CNJ, o que, como foi demonstrado, pode levar a uma piora no resultado global para o indicador no âmbito externo. Numa revisão, o indicador poderia ter uma janela de mensuração anual, sem prejuízo do monitoramento global do desempenho

do indicador. Sintetizando, a proposta para a simplificação das periodicidades e fórmulas para cálculos dos indicadores, em alinhamento ao que já é estabelecido pelo CNJ, foi acolhida pelos representantes da CGPLS presentes.

Ademais, foi apresentado à CGPLS o Plano de Gestão Climática do TRE-RJ. O Coordenador da CPLAN sintetizou que seria um documento de alto esforço para sua construção, enfatizando que a primeira parte, relacionada à Emissão de Gases, implicaria na produção de vários tipos de informação, como, por exemplo, quando da troca de gases emitidos por um determinado tipo de aparelho de ar condicionado, com impactos sobre os contratos a serem formalizados entre o TRE-RJ e a prestadora de serviços. Durante a elaboração do plano também foram identificadas algumas lacunas a serem preenchidas, tais como o deslocamento de servidores em viagem quando não utilizarem a frota do tribunal. Isabella, pela SESTSU, acrescentou que o Plano se enquadra como uma das demandas previstas na Resolução CNJ 400/21, embora naquele texto conste como plano de compensação ambiental. Em síntese, partindo de um inventário produzido e atualizado anualmente a partir de informações coletadas na instituição, é feita uma análise sobre um relatório das emissões, que embasarão a construção de planos para redução e compensação das emissões. No caso específico do TRE-RJ, o plano já foi validado por uma especialista no assunto, que forneceu uma capacitação para alguns servidores de áreas institucionais envolvidas com o tema. A capacitação fora contratada em nível nacional, pelo TSE, para nivelar os tribunais eleitorais quanto à demanda, os quais, ao final da capacitação, apresentaram o inventário para a instrutora contratada que fez a validação. Até o dia 4 de abril o Plano, já validado, será enviado ao TSE pelo TRE-RJ, atendendo a demanda imposta pelo CNJ, porém com a perspectiva de um trabalho contínuo de aprimoramento, envolvendo processos de trabalho e envolvimento das áreas impactadas. Isabella destacou a necessidade de reunião com as unidades e eventuais mudanças de processo de trabalho, sobretudo ao se tratar dos aparelhos de ar condicionado envolvendo as unidades COENG, ASSENG e SEMANT. Robson acrescentou que o plano é mais uma das entregas vinculadas à agenda 2030 da ONU, sinalizando que certamente haverá a transformação de alguns quesitos que hoje são opcionais e que podem vir a se tornar obrigatórios. A lógica embutida na execução de planos dessa natureza, segundo ele, seria a de que o que não puder ser mitigado, terá que ser "pago" de alguma forma, já existindo inclusive empresas certificadas mundialmente para fazer esse tipo de compensação. Para o TRE-RJ, segundo Isabella, a possibilidade de compra de créditos de carbono não está habilitada, então a sugestão, inserida no plano, seria o projeto agora chamado Noroeste + Verde, o qual possui um cronograma de plantio e uma necessidade de apoio institucional para o aproveitamento de uma determinada área para o plantio, cálculo do tamanho da área, taxa de crescimento das árvores plantadas, etc.

Por fim, Celano, pela COSEG, informou que o PGRS (Plano de Gestão de Resíduos Sólidos) havia conseguido o aval da UERJ para assinatura do Termo de Compromisso, o que permitirá a retomada das atividades que estavam suspensas.

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada pela Diretora Geral e Presidente da Comissão.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2024

ALDENIR ACIMEN DE MORAES
ASSISTENTE I



Documento assinado eletronicamente em 13/06/2024, às 12:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ISABELLA VITORIA ABDUCHE FEIJO
MEMBRO DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 13/06/2024, às 13:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FLAVIO AUGUSTO CASTANHEIRA CELANO

MEMBRO DA COMISSÃO

Documento assinado eletronicamente em 13/06/2024, às 13:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

CARLOS JOSE DE PAIVA JUNIOR
COORDENADOR(A) DE ENGENHARIA



Documento assinado eletronicamente em 13/06/2024, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

FABIANO FREITAS BARBOSA
COORDENADOR(A) DE LOGÍSTICA



Documento assinado eletronicamente em 17/06/2024, às 11:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MARCOS HENRIQUE SOARES EVANGELISTA
CHEFE DA SEÇÃO DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente em 17/06/2024, às 15:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
PRESIDENTE DA COMISSÃO



Documento assinado eletronicamente em 04/07/2024, às 18:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3793702** e o código CRC **81D3C349**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.